

■ DOSSIÊ - ARTIGOS

■ **As práticas de leitura de estudantes privados de liberdade na Unidade Prisional - Centro de Internamento e Reeducação – CIR/DF**

 *Maria Sônia Vieira Lira **

Resumo: Este estudo visa compreender as práticas de leitura de estudantes privados de liberdade na unidade prisional CIR/DF. O pressuposto é que o acesso ao livro favorece a prática da leitura e do Letramento Informacional, conforme Gasque (2012), que o define como um processo integrador das ações de localização, seleção, acesso, organização, uso de informação com vistas ao conhecimento, o que está em consonância com a Resolução nº 03, de 11/3/2009, do Ministério da Justiça, que, em seu art. 3º, inciso IV, determina que a oferta de educação no contexto prisional deve “estar associada às ações de fomento à leitura e a implementação ou recuperação de bibliotecas para atender à população carcerária e aos profissionais que trabalham nos estabelecimentos penais.” Os resultados apontam que a maioria dos estudantes participantes tem o hábito da leitura e busca nos livros informações para usarem em suas práticas sociais.

Palavras-chave: Leitura. Letramento Informacional. Educação nas prisões.

* *Maria Sônia Vieira Lira é graduada em Letras Português pela Universidade de Brasília (1998). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Contato: lira.msv@gmail.com.*

Introdução

A leitura se faz presente nas diversas instâncias da vida, e tornar-se um leitor competente é imperativo para compreender e atuar conscientemente na cultura multiletrada a qual todos estão submetidos – os privados de liberdade, inclusive. Entretanto, essas pessoas têm uma dificuldade a mais: o acesso à informação – essencialmente por meio de livros – e, consequentemente, a aplicação do conhecimento adquirido, de forma eficiente nas suas práticas sociais, principalmente com vistas a sua reintegração na sociedade.

Tornar-se um leitor no Brasil importa diferentes desafios, principalmente quando essa prática não faz parte da cultura, familiar e social, que a pessoa está inserida. E, em se tratando especificamente dos privados de liberdade, tais questões agravam-se pelo contexto limitador, contudo há dispositivos legais acerca do tema que devem ser considerados.

Sobre esse assunto, é importante destacar que o privado de liberdade possui direito assegurado tanto na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11/7/84), em seu art. 41, inciso XV, no que se refere ao “contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.”; bem como na Resolução nº 03, de 11/3/2009, do Ministério da Justiça, que, em seu art. 3º, inciso IV, determina que a oferta de educação no contexto prisional deve “estar associada às ações de fomento à leitura e a implementação ou recuperação de bibliotecas para atender à população carcerária e aos profissionais que trabalham nos estabelecimentos penais.” Além, ainda, do art. 5º da referida resolução no qual consta que as autoridades devem propiciar espaços físicos adequados às atividades educacionais, integrar as práticas educativas às rotinas da unidade prisional e difundir informações, incentivando a participação do(a)s preso(a)s e internado(a)s (BRASIL, 2009).

A partir do exposto, o objetivo da pesquisa é compreender a prática de leitura dos estudantes privados de liberdade no Centro de Internamento e Reeducação (CIR), no Distrito Federal, e traçar o perfil desse estudante; identificar os recursos materiais disponíveis na biblioteca da unidade prisional; verificar as práticas de leitura da unidade prisional; conhecer quais obras interessam à pessoa privada de liberdade; e como o letramento informacional pode ser inserido neste contexto.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que o acesso à biblioteca e/ou à caixa de livros¹ favorece as práticas da leitura da pessoa privada de liberdade que não tem outras opções para desenvolver o letramento informacional no que diz respeito, especialmente, à busca, à seleção e ao uso da informação.

Acredita-se que a análise desta pesquisa pode favorecer a proposta de implantação do letramento informacional no Projeto Político Pedagógico da escola responsável pela educação prisional no DF – o Centro Educacional 01 de Brasília. Esta implantação pode permitir estender e fomentar as práticas de leitura a todos os estudantes, não só da unidade prisional CIR, mas também às outras unidades que integram o sistema prisional do Distrito Federal, independente da etapa escolar na qual os estudantes estejam inseridos e em qual pavilhão eles possam estar alocados cumprindo pena.

O presente estudo é parte integrante do projeto “A leitura

e suas concepções teóricas, históricas e conceituais: perspectivas no campo do letramento informacional, da comunicação e comportamento informacional em diferentes instâncias educacionais formais e informais”, aprovado sob o parecer de número 2.543.521, da Universidade Federal do Goiás, desenvolvido durante o Curso de Especialização em Letramento Informacional entre março de 2017 e junho de 2018.

1. Referencial teórico

A pesquisa parte do fundamento de que a leitura é essencial ao ser humano contemporâneo, pois vivemos uma realidade – física e virtual – em que as relações, sejam elas interpessoais, acadêmicas e/ou de trabalho, exigem das pessoas diversas habilidades de leitura que ultrapassam a escrita e sua simples decodificação. Estamos num mundo multiletrado, no qual as pessoas estão sujeitas aos mais diversos tipos de informação, verbais e não verbais, em diferentes suportes (livros/ebooks, blogs, sites, apostilas, jornais/revistas, folhetos, redes sociais etc.) e precisam aprender a lidar com isso.

Considerar o conhecimento de mundo que cada um carrega em si e como isso se reflete nas demais relações com esse mundo multiletrado é imprescindível para o desenvolvimento de práticas de leitura, ainda mais ao evidenciarmos as necessidades de cada um nas suas relações sociais. Paulo Freire (1989, p.8) afirma categoricamente que:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Ler, segundo Magda Soares (2001, p. 48), é “um conjunto de habilidades, comportamentos, conhecimentos que compõem um longo e complexo *continuum*.” Para essa autora, resta-nos buscar compreender “A partir de que ponto desse *continuum* uma pessoa pode ser considerada letrada, no que se refere à leitura?”

Tal questionamento pode levar ao pressuposto de que o ato de ler em si não garante o letramento². Mas, por outro lado, conforme afirma Faraco (2016) ao se entrar no universo da cultura escrita e estabelecer um envolvimento progressivo com as práticas de leitura e escrita há uma ampliação exponencial do conhecimento não só no que se refere ao acesso e domínio das variedades linguísticas próprias da língua escrita, mas também a todo o universo da cultura letrada.

A pesquisa busca, assim, encontrar apoio na afirmativa de Dumont (2000) em que quanto mais leitura melhor para o leitor, ainda mais o encarcerado, que possuirá mais informações para discernir os fatos futuros; e, além disso, que leituras diversas fazem parte do contexto e devem ser valorizadas.

Diante desse panorama, é importante considerar o conceito de letramento e letramento informacional como sendo complementares, pois ambos estão intimamente relacionados às práticas de leitura. Kleiman (1995, p. 19) defende o letramento “como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos

específicos, para objetivos específicos”. O conceito da autora destaca os aspectos social e utilitário do letramento. Para ela, letramento é um fenômeno amplo e que ultrapassa os domínios da escola. E o letramento informacional, apresentado por Gasque (2012), pode ser definido como um processo que visa desenvolver competências/habilidades para busca, seleção e uso das informações diversas, sejam elas de conhecimento histórico-científico, literário ou até de entretenimento, mas que gerem conhecimento em todas as instâncias/contextos da vida humana.

O letramento informacional surge e pode ser tomado como fundamento inovador e motivacional para os agentes educacionais – professores e aprendizes – que devem saber lidar com o conhecimento e usá-lo adequadamente.

1.1 Leitura, Base Nacional Comum Curricular e Letramento Informacional

A leitura, no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é tomada em um sentido amplo, vai além do texto escrito, considera as imagens estáticas ou em movimento (como fotos, gráficos ou filmes, vídeos), além do som (música) que acompanha e cossignifica diversos gêneros digitais. Esse conceito está diretamente relacionado ao letramento informacional.

Dentre as dez competências gerais da educação básica elencadas na BNCC, a quarta e a quinta estão diretamente relacionadas à leitura e ao letramento informacional:

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL. BNCC, 2017, p. 9)

Tais competências, por sua vez, são construídas ao longo do tempo pelas práticas de leitura desenvolvidas dentro da escola a partir do contato direto com textos de diversos gêneros e em múltiplos suportes, e com temas diversificados (das várias áreas do saber) para que o estudante perceba que a leitura está presente em todas as esferas sociais de que participa.

Conforme aponta Antunes (2013, p. 193), a leitura vem favorecer o acesso às informações e ela deve, segundo a autora, “preencher os objetivos prioritários da escola porque nos permite o acesso ao imenso acervo cultural constituído ao longo da história dos povos e possibilita, assim, a ampliação de nossos repertórios de informação.”

Nesse ínterim, vale ressaltar a necessidade de os professores trabalharem de forma coletiva e integrada de modo que os estudantes consigam relacionar os conhecimentos, aplicando-os em seus contextos socioculturais. Para isso, segundo Morin (1990, 2002 apud Santos e Fialho, 2012), as práticas de leitura dentro do contexto escolar devem ser desenvolvidas de forma transversal e transdisciplinar. A leitura “deve contribuir para o conhecimento e para o fortalecimento do pensamento complexo”.

1.2. A biblioteca e seus desafios na Educação Prisional

De forma geral, a Educação no Brasil apresenta diversos problemas não só em relação à oferta de ensino, mas também no que se refere à sua qualidade. E, em se tratando da Educação de Jovens e Adultos e da Educação nas prisões, o panorama é bastante preocupante.

No caso específico do sistema prisional, os últimos números divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e à Segurança Pública, mostram, pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) em dezembro de 2017, que do universo total de presos no Brasil (726.712 pessoas em junho de 2016 – último dado tabulado), 55% têm entre 18 e 29 anos, e 75% da população prisional brasileira não chegou ao ensino médio.

Atender a essa demanda é um enorme desafio. Não há vagas para todos que precisam da escola, mas o investimento em livros e nas bibliotecas, com a fomentação de projetos de letramento informacional, pode colaborar para o desenvolvimento da aprendizagem das pessoas privadas de liberdade ainda que não matriculadas no ensino formal.

Para tanto, é preciso que a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11/7/84) em seu art. 21 seja cumprida: “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos”.

E, ao se prever uma biblioteca, esta deve ter seu acervo cuidado e renovado de forma permanente, além de os presos terem o acesso garantido às obras de forma regular.

1.2.1 O preconceito e a hierarquização de obras no ambiente escolar e prisional

O primeiro ponto a ser abordado está relacionado aos preconceitos de leitura – que devem ser trabalhados pelos agentes educacionais de forma a erradicá-los conscientizando os estudantes sobre essa questão; além da hierarquização de obras, uma prática recorrente e que dá destaque às obras consagradas ao longo da história em detrimento das demais. Pois, conforme nos recomenda Dumont (2000, p. 167, apud SANTOS; FIALHO, 2014), essa prática deve ser revista: “Não se pode criar uma hierarquia do que é ou não é leitura relegando o status de leitura somente àqueles textos literários ou autenticados pela escola e grandes críticos”.

Contudo, há um ponto específico a ser considerado quanto ao tema práticas de leitura desenvolvidas dentro de uma penitenciária: a obrigação de seguir as prerrogativas impostas pela unidade prisional e pelos órgãos da Justiça, por exemplo, a Vara de Execuções Penais e o Conselho Nacional da Justiça – no que se refere às obras autorizadas (como exemplo do que dispõe a Recomendação Nº 44 de 26/11/2013 que trata sobre as atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura de obras literárias clássicas, científicas ou filosóficas).

Todo livro que chega dentro do sistema prisional precisa passar por uma avaliação prévia feita pelos agentes penitenciários. Livros que contenham capa dura, por exemplo, são admitidos, mas não são autorizados a saírem da biblioteca, independente

de seu conteúdo. O tema/enredo das obras também é um fator decisivo para sua autorização; nada que possa desestabilizar emocionalmente as pessoas em privação de liberdade, ou ainda, incentivar práticas violentas e/ou criminais, por exemplo, não são aceitas.

1.2.2 Implantação do letramento informacional no Projeto Político Pedagógico da escola prisional

Mediante o contexto apresentado neste trabalho, a proposta de implantação do programa de letramento informacional, no âmbito da educação prisional, é baseada nos parâmetros defendidos por Gasque (2012, p. 85) quando afirma que a compreensão da busca da informação está “relacionada ao modo como as pessoas procuram as informações que atendam às suas necessidades” e fundamentada nas leis que regem a educação nas prisões, conforme exposição feita ao longo deste trabalho.

A unidade de ensino prisional deve oferecer todos os recursos que contenham informações e que estejam disponíveis para a comunidade carcerária, incentivar e promover, em parceria com os agentes de segurança, idas regulares à biblioteca (proposição de um calendário de visitas guiadas pelos professores que trabalham em cada unidade prisional) e o manejo/rodízio das obras disponíveis entre os diversos pavilhões onde as pessoas em privação de liberdade cumprem suas penas (trabalho orientado pela professora pesquisadora em parceria com as professoras que trabalham nas bibliotecas e demais pessoas em privação de liberdade que trabalham nos núcleos de ensino).

2. Metodologia

Esta é uma pesquisa de natureza básica que objetiva verificar as práticas de leitura das pessoas em privação de liberdade da referida unidade prisional. A abordagem da questão é qualitativa e, quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva e exploratória.

Assim, dentre as possibilidades da pesquisa qualitativa, adotou-se como procedimento técnico a observação participante, cujos instrumentos incluem a vivência/permanência no local de pesquisa e o grupo focal.

Observação participante: a coleta de dados ocorreu por meio de observação participante na unidade prisional, em especial, na sala de aula durante o período letivo nos meses de abril a junho.

Grupo focal: os temas discutidos com a mediação da professora foram a importância da leitura para cada um, bem como com qual frequência eles leem, além de quais os tipos de obras preferem; em seguida, a questão era referente aos meios usados por eles para buscarem informações e se eles consideravam importante/necessário pesquisar mais de uma fonte de informação.

Este estudo pode ser caracterizado dessa forma por buscar identificar a natureza da realidade pesquisada, bem como o sistema de relações conceituais e a estrutura dinâmica do contexto situacional a partir de uma observação sistemática. Para isso, houve registros dos fenômenos em torno dos recursos de materiais de leitura disponíveis dentro do presídio (biblioteca escolar, malas de livros, materiais disponibilizados na escola), explicados no decorrer da pesquisa.

Dessa forma, foi feito um levantamento dos dados referentes à unidade prisional em relação ao número de pessoas cumprindo pena na unidade e a quantidade de pessoas em privação de liberdade que estudam, aplicação de um questionário para os estudantes do Segundo Segmento das sétima e oitava etapas para verificar seus hábitos de leitura e como essa prática ocorre, e a realização de dois grupos focais: um com os internos classificados para trabalho na biblioteca com vistas a conhecer a metodologia adotada na disponibilização dos materiais de leitura às pessoas em privação de liberdade de toda a unidade prisional, e outro grupo com os estudantes do Terceiro Segmento para que eles pudessem relatar suas experiências de leitura dentro do sistema prisional.

2.1 População

A pesquisa tem como público alvo os estudantes privados de liberdade que cumprem pena no Centro de Internamento e Reeducação (CIR) uma das seis unidades prisionais do Distrito Federal. São adultos que têm entre 20 e 62 anos de idade e estão matriculados nos Segundo e Terceiro Segmentos da Educação de Jovens e Adultos na referida unidade prisional.

Os estudantes privados de liberdade têm um perfil bastante heterogêneo. Eles vêm de diferentes regiões, não só locais³, mas também de vários estados do país; e com perfil socioeconômico e cultural diversificado, apesar de a maioria ser de origem das camadas mais pobres. Muitos trazem consigo o trauma do “fracasso” escolar que resultou no abandono precoce da escola e, conseqüentemente, das práticas de leitura.

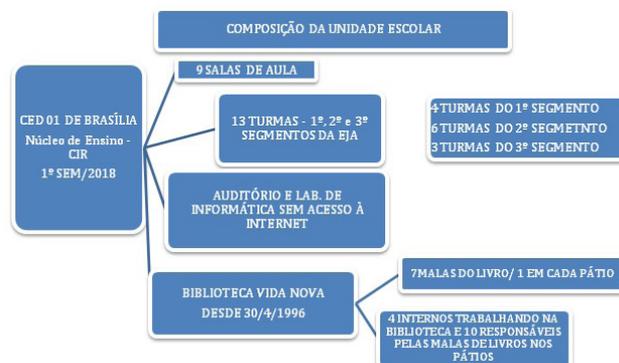
O CIR tem uma população carcerária que está em torno de 2.200 pessoas em privação de liberdade, conforme os dados de maio. Eles ficam distribuídos em seis alas/pátios, de acordo com seu perfil e as regras internas de segurança. Desta população, apenas 10% em média estão matriculados na escola. Esse número é variável ao longo de cada semestre letivo em razão da progressão ou regressão de pena dos apenados, comportamento de cada um e outros critérios internos de segurança impostos pela Direção da unidade prisional.

Quadro 1. Quantitativo de estudantes

QUANTITATIVO DE ALUNOS 1º SEMESTRE/2018				
FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
307	243	196	181	195

Fonte: NUEN/CIR (15/6/2018)

Figura 1: Organograma da composição da unidade escolar.



Fonte: própria autora

A escola está localizada dentro da unidade prisional e conta com nove salas de aula, um laboratório de informática com 15 computadores – sem acesso à internet, um auditório com capacidade para aproximadamente 150 pessoas e uma biblioteca – que possui um acervo com 4.060 obras⁴. Quatro internos classificados pela chefia do núcleo de ensino cuidam do acervo da biblioteca e são responsáveis pelo controle/empréstimo de livros feito tanto na própria biblioteca quanto pelas malas do livro que são colocadas em cada ala/pátio.

2.2. Apresentação e análise dos dados

Inicialmente serão apresentados os dados colhidos durante os dois encontros com os grupos focais – ocorridos na Biblioteca Vida Nova (inaugurada em 30/4/1996); e, em seguida, os dados referentes ao questionário aplicado aos estudantes das sétima e oitava etapas/EJA.

2.2.1 Grupo focal com os internos que trabalham na biblioteca

Durante as discussões nos grupos focais, os internos classificados que trabalham na biblioteca escolar informaram que ela conta com um acervo aproximado de 6.000 obras que ficam organizadas em 17 seções. Há três computadores nos quais há o registro de todo o acervo e o acompanhamento dos empréstimos – uma média de 400 livros/mês.

As malas de livros são distribuídas nos pátios e cada uma recebe uma quantidade de livros proporcionais à quantidade de internos nas respectivas alas (Quadro 2).

Quadro 2. Malas de livros - dados referentes ao mês de maio/2018

MALAS	PSM	PÁTIO I	PÁTIO II	PÁTIO III	PÁTIO IV	PÁTIO V	PÁTIO VI
OBRAS	72	144	120	183	169	195	37

Fonte: Biblioteca CIR (2018)

Sobre a renovação do acervo, a direção do CED 01 de Brasília busca atender as bibliotecas das unidades prisionais com campanhas de arrecadação de livros junto à população e a empresas públicas e privadas. Ainda não houve verbas públicas para esse fim, porque a escola, até o ano de 2015, era conveniada com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP) e não recebia verbas. Entretanto, a escola foi institucionalizada em 2016, o que deve facilitar a tarefa de renovação dos acervos.

A biblioteca só é frequentada pelos estudantes na companhia de um professor durante as aulas. Ou seja, os demais internos só têm acesso às obras por meio das malas de livros que são disponibilizadas nos pátios.

2.2.2 Grupo focal com estudantes do Terceiro Segmento/ EJA

Os estudantes participantes dessa discussão (12 da segunda etapa e 18 da terceira) tiveram a oportunidade de expressar seus interesses pela leitura e as consequências positivas em relação ao processo de aprendizagem e como isso se reflete nas suas práticas sociais/ressocialização. Eles demonstraram preocupação em relação ao acesso ao acervo da biblioteca, principalmente após o término dos estudos, bem como o acesso

a obras de teor jurídico e dicionários diversos⁵. Tais volumes só podem ser manuseados na biblioteca, não são autorizados pela direção do presídio a saírem do recinto, o que restringe o acesso a essas informações.

Outro ponto apontado pelos estudantes é a vontade de frequentar a biblioteca durante a sua jornada escolar. Mas, para isso, é necessário haver um incentivo para todos os professores aproveitarem o espaço e oportunizarem aos estudantes o acesso – com mais frequência – às informações lá disponibilizadas.

A maioria sinalizou preferir tomar de empréstimo romances de ficção e aventura, além de obras de conhecimentos gerais, inclusive livros didáticos.

2.3 Questionário aplicado aos estudantes das sétima e oitava etapas do 2º Segmento da EJA

O questionário foi composto por dezesseis perguntas relativas às práticas de leitura que cada um leva consigo, desde o ambiente familiar até aquele momento de privação de liberdade. No total, trinta e quatro estudantes responderam as questões propostas.

2.3.1 Perfil dos participantes

Os participantes da pesquisa apresentam um perfil jovem: 64% têm menos de 30 anos. Esse resultado nos remete aos dados divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Ifopen, conforme informação no corpo deste trabalho. As 7ª e 8ª etapas são um exemplo do que ocorre nacionalmente: a evasão escolar é uma realidade que precisa ser revista pelo Estado urgentemente.

2.3.2 Grau de importância atribuído à leitura e os hábitos de leitura

Sobre o grau de importância que os participantes atribuem à leitura, houve um equilíbrio nas respostas referentes à aprendizagem e ao acesso ao conhecimento. Assim, é possível afirmar que 95% consideram a leitura como uma prática muito importante, e que 76% afirmam ter esse hábito.

Quadro 3. Importância atribuída à leitura/ Hábito de leitura

A LEITURA É IMPORTANTE PARA:			TEM O HÁBITO DE LER?	
APRENDIZAGEM	PASSATEMPO	CONHECIMENTO	SIM	NÃO
18	2	14	26	8

Fonte: própria autora

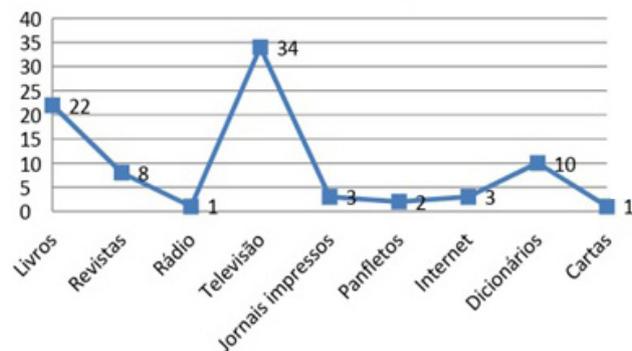
2.3.3 Acesso aos livros

Em relação ao acesso aos livros, é possível afirmar que a maioria tem acesso irregular às obras, pois mesmo aqueles que frequentam regularmente a escola, ainda assim, somente às vezes, tem conseguido esse acesso.

2.3.4 Meios usados para buscar informações

Neste quesito, é importante destacar que cada participante podia marcar mais de uma opção. Assim sendo, pode-se

Gráfico 1. Acesso aos livros



Fonte: própria autora

afirmar que todos têm a televisão como sendo a principal fonte de acesso à informação, seguida dos livros – 65% – e dos dicionários – 6%.

2.3.5 Procedimento adotado para se realizar uma pesquisa

A esse respeito, foram apresentadas quatro opções de resposta e cada participante deveria apontar uma alternativa:

1. solicitação de ajuda/orientação dos colegas responsáveis pelo empréstimo de livros;
2. solicitação de ajuda dos professores;
3. solicitação de ajuda dos colegas de cela e/ou familiares;
4. solicitação de ajuda dos agentes de segurança;
5. busca por livros especializados (por exemplo: didáticos, jurídicos).

Quadro 4. Procedimento na realização de pesquisas.

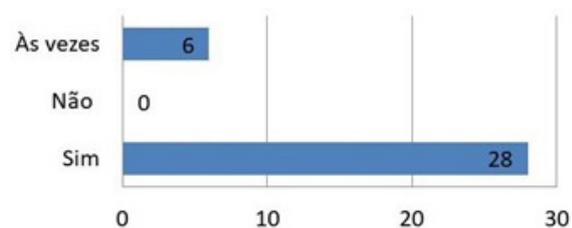
Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4	Opção 5	Abstenção
2	9	13	1	8	1

Fonte: própria autora

Os resultados apontam que existe uma solidariedade entre os privados de liberdade quando se trata de realizar pesquisas diversas, 38% optam por buscar ajuda entre si e seus familiares; e dentre as demais respostas, 26% solicitam ajuda dos professores e 24% buscam nos livros especializados as informações de que precisam.

2.3.6 Importância atribuída a mais de uma fonte de informações

Gráfico 2. Importância sobre fonte(s) de pesquisa.



Fonte: própria autora

Os participantes consideram que uma pesquisa deve ser feita consultando mais de uma fonte de informação. Tal resultado corrobora a prerrogativa defendida pelo Letramento Informacional em um fundamento básico: o conhecimento é construído a partir da elaboração do pensamento complexo, o qual é desenvolvido com a busca, a seleção e o uso da informação.

2.3.7 Autoavaliação em relação à competência leitora / Quantidade de livros lidos em 2018

As respostas a essas questões nos remetem a observações otimistas. Em relação à competência leitora, apesar de a maioria dos participantes se considerarem leitores razoáveis, um número expressivo (41%) se considera eficiente na leitura. E em se tratando da quantidade de livros lidos por cada participante, entre os meses de janeiro e maio, os números também podem ser considerados bons, pois 35% leram, ao menos, um livro por mês; e 41% fizeram de uma a três leituras nesse período. Mas, por outro lado, os 24% que afirmaram não terem feito nenhuma leitura, demonstram que um trabalho de incentivo às práticas leitoras deve ser realizado pela escola.

Quadro 5. Autoavaliação em relação à competência leitora x Quantidade de livros lidos em 2018

É um leitor eficiente?			Quantos livros leu este ano de 2018?							
Sim	Razoável	Não	Nenhum	1	2	3	4	5	Mais de 5	
14	19	1	7	4	4	6	0	1	11	

Fonte: própria autora (até maio de 2018)

2.3.8 Sugestões que favorecem as práticas de leitura dentro do sistema prisional

Essa foi uma questão aberta, e os participantes puderam sugerir o que deve ser feito para que as práticas de leitura possam ocorrer dentro do sistema como um todo. Quinze estudantes (44%) indicaram que o acesso à biblioteca e aos livros é o mais importante; onze (32%) apontaram que deve haver um local adequado e silencioso para a realização da leitura; acesso a revistas e jornais; e a permissão para que os familiares possam levar livros regularmente. Do total de participantes, houve sete abstenções (20%).

Tais dados apontam um caminho para que os professores possam elaborar aulas nas quais os estudantes consigam exercitar a prática da leitura de forma ampla, dentro de um contexto (por exemplo: a biblioteca) que favoreça todos os envolvidos.

Considerações finais

A escola tem um papel extremamente importante dentro do sistema prisional. E os desafios de ensinar, numa perspectiva de ressocialização, envolvem conhecer o público em questão e suas especificidades, seus interesses, suas necessidades, o ambiente diferenciado, as normas de segurança, os recursos pedagógicos disponíveis para uso diário, especialmente, os livros que são disponibilizados dentro da unidade prisional.

Nesse contexto, a importância de oferecer um ensino que privilegie uma aprendizagem significativa a esse público específico nos remete, irremediavelmente, às práticas de leitura que

irão permear as práticas sociais dos estudantes privados de liberdade que devem retornar, dentro de algum tempo, ao convívio social.

Os resultados desse estudo apontam que a maioria dos estudantes participantes tem o hábito da leitura e buscam nos livros informação para usarem em suas práticas sociais, dentro e fora do sistema prisional. Contudo, o acesso à biblioteca é esporádico, o acervo disponível na unidade precisa ser renovado e o acesso ao livro nas alas deve ser ampliado.

Assim, para que tal panorama seja alterado de forma a afetar positivamente toda a comunidade escolar, faz-se

necessário adotar uma postura didático-pedagógica que atenda as prerrogativas constantes nos documentos que norteiam a Educação de Jovens e Adultos no âmbito prisional, conforme foi apontado neste estudo.

Dessa forma, o letramento informacional poderá deixar de ser apenas uma possibilidade e poderá se tornar uma realidade no Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional 01 de Brasília, o que permitirá a realização de um trabalho voltado a ações colaborativas que envolvam todos os agentes educacionais. E, conforme afirma Canuto (2008), a escola tornar-se-á “um movimento ativo de construção de sentidos.” ■

Notas

- ¹ Recurso utilizado para levar exemplares de livros para dentro das alas onde ficam pessoas em privação de liberdade que não têm acesso à biblioteca. Elas são encaminhadas aos pátios e os internos podem fazer um empréstimo por vez e ficar com a obra por dez dias corridos.
- ² Segundo Soares (2002, p. 144), “letramento são as práticas sociais de leitura e escrita e os eventos em que essas práticas são postas em ação, bem como as consequências delas sobre a sociedade.”
- ³ O Distrito Federal está dividido atualmente em 31 regiões administrativas, conforme informações do site http://www.portalbrasil.net/brasil_cidades_brasilia_ras.htm, acesso em 31/5/2018 às 10:53.
- ⁴ Dado obtido no site <http://www.ssp.df.gov.br/component/content/article/131-a-secretaria/331-cir.html>, acesso em 19/04/2018
- ⁵ Os estudantes podem levar emprestados os minidicionários de português e de língua estrangeira.
- ⁶ Eles foram informados sobre a pesquisa e cada um assinou um termo de consentimento de participação. As informações pessoais são confidenciais e não serão divulgadas.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. SP: Parábola Editorial, 2009.

BRASIL. CNJ. **Recomendação N° 44, de 26/11/2013**. Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1235>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. **Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm>. Acesso em 09/6/2018

_____. **Resolução n° 03, de 11 de março de 2009**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/cnppc-1/resolucoes/resolucoes-arquivos-pdf-de-1980-a-2015/>>. Acesso em: 09/6/2018.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública no site: <<http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil>>. Acesso em 15/6/2018.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. **A opção pela literatura de massa**: simples lazer, ou alienação? *Investigation Bibliotecológica*, v. 04, n.28, p. 166-177, jan./jun., 2000.

FARACO, Carlos Alberto; DE CASTRO, Gilberto. Por uma teoria linguística que fundamente o ensino de língua materna (ou de como apenas um pouquinho de gramática nem sempre é bom). **Educar em Revista**, [S.l.], v. 15, n. 15, p. p. 109-117, dez. 1999. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2061>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GASQUE, Kelley Cristine. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

KLEIMAN, A. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado das letras, 1995.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes temas transversais**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/temas-transversais/>>. Acesso em: 27 de mai. 2018.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 2 ed. Lisboa: Instituto Peaget, 1990. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 6 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

SANTOS, Andrea Pereira dos; FIALHO, Janaína Ferreira. **Programas de letramento informacional na escola**. Goiânia: CIAR, 2014.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.